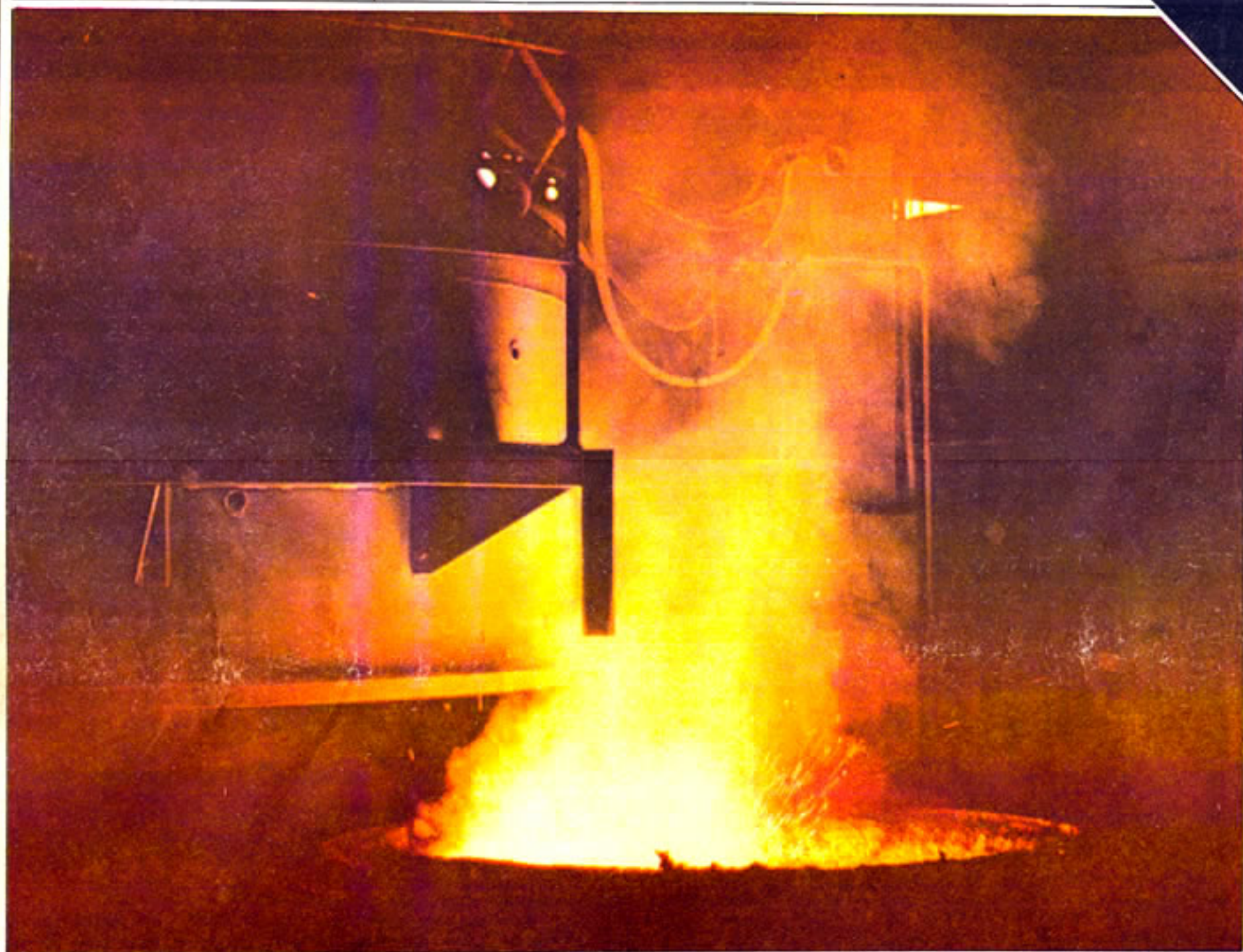


É QUEM INDÚSTRIA QUEM

Campinas, 14 de Setembro de 1980
Suplemento especial
do Diário do Povo
Não pode ser vendido separadamente

Na próxima
semana, um
caderno de
serviços



Indústria: muitos problemas, e esperanças

A indústria viveu um período de grande crescimento. Agora enfrenta as consequências da política anti-inflacionária desencadeada pelo governo.

Essa nova fase é responsável pela queda no ritmo de desenvolvimento.

Mas não chega a haver estagnação. Ao contrário, os empresários procuram novas fórmulas para vencer os obstáculos. E estão conseguindo, exceto um ou outro. A queda no crescimento também é um fator de união e busca de novos métodos.

A indústria e o crescimento

A economia brasileira está em crise. Mas ao longo dos anos vem apresentando um índice de crescimento muito grande. Ao que tudo indica as dificuldades do momento são parte da característica básica do processo brasileiro, que se caracteriza por uma acentuada variação cíclica. É um processo iniciado na década de 50 com o desenvolvimento da industrialização. Por isso mesmo, a indústria é um fator fundamental do crescimento econômico entre 68 e 73.

A economia brasileira vem, nos últimos anos, apresentando elevadas taxas de crescimento econômico, determinadas sobretudo pela expansão industrial. Esse desempenho, entretanto, tem sido marcado por um acentuado padrão cíclico.

Pelo qual, desde que se configurou a nova etapa de industrialização, a partir de meados dos anos 50, o País conheceu fases bem características de expansão e retração da atividade econômica.

A análise dos dados referentes às taxas de crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) geral, da indústria e da agricultura, mostra bem isso. Os anos de 63 a 67 caracterizam uma fase recessiva na economia, no qual o ano de 65 se destaca com uma forte queda na produção industrial, de 4,7 por cento. A fase de expansão ocorre de 68 a 73, marcando-se por elevadas taxas de crescimento do produto real principalmente em seus últimos três anos. A partir de 74, a economia entra numa fase de desaceleração que atravessa o resto da década.

Uma boa mostra dessa fase cíclica é dada na pesquisa feita pelo Centro Técnico Econômico de Assessoria Empresarial, CTAE da Unicamp, sobre o desenvolvimento industrial do Estado. Onde ao enfatizar o desempenho da economia brasileira no período recente, assinala que o comportamento cíclico da economia deriva fundamentalmente do desempenho do setor industrial, em particular da indústria de transformação.

A mudança

No desempenho global da indústria de transformação os ramos de material elétrico, material de transporte e mecânica apresentam, destacadamente os mais elevados índices de crescimento da produção real no período do auge expansivo da economia brasileira, ou seja, de 70 a 73. Contudo, já em 77 a participação da indústria de transformação cai para 73,6 por cento do total, reflexo da desaceleração verificada no setor.

Aí quem passa a responder pela manutenção de taxas positivas de crescimento econômico é a indústria da construção, que eleva sua participação na renda interna da indústria, de 5,6 por cento em 73 para 6,5 por cento em 77. O setor de construção, em verdade, garantiu um nível mínimo de atividade econômica, não permitindo uma desaceleração abrupta do ritmo de crescimento que forçosamente teria mergulhado o País em uma crise econômica de sérias proporções.

Pelas observações da pesquisa, o setor de construção civil — que compreende entre outras a construção residencial, pesada e obras públicas — é o responsável pelos resultados apresentados. Evidenciando que os mesmos derivam de uma política econômica deliberada de sustentação de um elevado nível de investimentos produtivos e de gastos governamentais que, em última instância, proporcionou os níveis em que a atividade econômica se manteve no período pós-74. Dentre os investimentos, a pesquisa destaca a ampliação do parque siderúrgico nacional que, sob o comando do Estado, consumiu no período vultuosos recursos em seus programas de investimento.

O crescimento

O comportamento da economia brasileira nos últimos anos indica elevadas taxas de crescimento da indústria, inclusive, com bom desempenho do segmento das pequenas e médias empresas. Isto porque, até pouco tempo elas tiveram suas desvantagens atenuadas com a facilidade de crédito bancário dado ao conjunto industrial.

Contudo, a desaceleração do crescimento industrial revela crescentes dificuldades para as pequenas e médias empresas. E embora até 72 as taxas de crescimento do produto industrial sejam moderadamente positivas (8,1 por cento), ele se dá juntamente com crescentes tensões inflacionárias e déficits nas contas do exterior.

Dados que revelam as dificuldades crescentes para se

manter em níveis razoáveis a atividade econômica em geral, sobretudo o crescimento do setor industrial.

A política econômica do período, de acordo com o estudo do CTAE, visou garantir um certo ritmo de crescimento. E com isso o crédito, por exemplo, que tende a se contrair em períodos de recessão, foi suplementado pela maior participação dos bancos oficiais na sua concessão. Isto é, as instituições financeiras públicas foram reconduzidas ao seu papel tradicional de prover crédito subsidiado em nível relativamente mais amplo que o das instituições privadas.

Participação

As instituições financeiras, ainda conforme a pesquisa, contribuíram de forma relevante para o esforço de sustentação da massa de inversões e do produto agregado, impedindo que ambos se contraiam de forma abrupta. Isso exemplifica o fato da gestão governamental da economia, que, ao ter procurado administrar a crise de forma a não produzir uma recessão, possibilitou que não houvesse uma "quebra-deira" generalizada de pequenas e médias empresas, a qual muito provavelmente ocorre em períodos de séria crise econômica.

Apesar disso, sublinha o texto, a grande empresa, via-de-regra, sentiu menos a crise econômica devido ao seu forte poder de mercado que permite transferir a pressão sobre seus custos de produção para os preços, realimentando o processo inflacionário.

As causas básicas das pressões inflacionárias a partir da segunda metade da última década, no entanto, "derivam sobretudo dos mecanismos de especulação financeira que, em última instância, tornaram crescentes os juros cobrados pelo sistema bancário. A elevação da taxa de juros viabiliza a captação dos empréstimos externos em moeda e a conversão desses empréstimos em cruzeiros exige emissão governamental, mesmo que indiretamente, quando da colocação de títulos públicos (LTN, ORTN) no chamado mercado

aberto, na medida em que torna crescentes os encargos dessa dívida pública".

Redistribuição

Mas, segundo a economista Maria Conceição Tavares, "se a diferencial de juros entre as moedas internas e externas representa uma transferência de capital contábil, apoiada no poder emissor do governo, a diferencial interna entre o preço do dinheiro tomado externamente e sua aplicação financeira interna representa uma transferência real da renda dos consumidores, das pequenas e médias empresas e mesmo das grandes empresas nacionais deficitárias que não podem recorrer ao mecanismo de endividamento direto com o exterior".

Do ponto de vista dos lucros da classe capitalista como um todo, essa transformação para a economia, é apenas "uma redistribuição dos lucros a favor dos setores financeiramente mais fortes". Enquanto do ponto de vista dos trabalhadores e consumidores, trata-se, porém, "de uma perda de renda real na medida em que a especulação financeira projeta taxas de inflação sobre os preços desejados pelas grandes empresas, como elemento de cálculo de suas margens brutas de lucro".

Em consequência, acrescenta o estudo, crescem as necessidades de capital de giro do conjunto das empresas, o que impõe a expansão do crédito bancário a fim de que não se crie uma recessão econômica. E dessa forma, torna-se crucial para as pequenas empresas, a política econômica para o setor do crédito.

Em conclusão, aponta a pesquisa, "os mecanismos financeiros determinantes da aceleração inflacionária vêm penalizando com mais intensidade as pequenas e médias empresas relativamente às grandes, trazendo à tona as maiores debilidades dessas empresas. E impedindo que seu desempenho reproduza os padrões que marcaram a sua presença na estrutura industrial nos anos de expansão econômica".

LB L. BUENO JÚNIOR LANÇA EQUIPAMENTOS PARA MELHORAR RECEPÇÃO NOS APARELHOS DE TV



Entrada principal de Conversores L.B.



Vista da Seção de Montagem



Seção de Preensão



Outra parte de Seção de Montagem e Teste

Uma marca que atingiu um conceito nacional invejável, no que diz respeito a conversores e amplificadores de antena: Assim é a LB — L. Bueno Junior e Cia. Ltda., que desde 64 tem em Campinas uma indústria de aparelhos eletrônicos.

A LB fabrica conversores e amplificadores de UHF, repetidores e retransmissores. Pouca gente sabe da importância e mesmo da utilidade desses conversores.

Utilização dos conversores

Os aparelhos de televisão geralmente dispõem de treze canais em seu seletor, que se situam na faixa de V.H.F. Numa mesma cidade, tecnicamente, podem funcionar no máximo 7 desses canais, que atualmente são reservados para as grandes cidades que têm recursos para produzir seus próprios programas. Estas estações são as geradoras.

Os aparelhos que captam os sinais das geradoras e os retransmitem, são chamados repetidores. Acontece que estes repetidores proliferam indiscriminadamente, congestionando as faixas de V. H. F. Para sanar este problema, lançou-se mão dos canais além do canal treze, ou seja, a faixa de U. H. F. que vai do canal 14 ao canal 83.

Como os televisores não têm no seu seletor canais acima do 13, a situação foi resolvida adaptando-se junto à TV, um aparelho que se chama conversor do U. H. F. e que permite à TV receber os canais desde o 14 até o 83 desde

que haja repetidores funcionando nesta faixa

Puturamente, todos os repetidores do interior deverão operar nesta faixa entre os canais 14 e 83, quando então a utilização do conversor de UHF — LB será muito importante, devido ao nível de aprimoramento técnico de fabricação, que além de converter o sinal com perfeição, amplifica-o muitas vezes.

A LB, indústria e comércio de aparelhos eletrônicos conta com cerca de 200 funcionários e perto de 1.000 conversores são produzidos diariamente. O trabalho minucioso da linha de montagem ocupa 80 moças para executá-lo. São dois os tipos de conversores: um para TV preto e branco, que pode ser adaptado na colorida, e o super color.

Quando se adquire um conversor de UHF-LB, segundo seus fabricantes, está se adquirindo mais do que um aparelho para uso imediato. Porque, além de ser feito por uma indústria altamente capacitada (LB), ele também apresenta características técnicas ideais para a recepção da TV colorida.

Os conversores LB possuem larga faixa de 6 megahertz, prevista para a TV em cores no Brasil. Essa inovação eletrônica coloca os conversores de UHF LB muitos anos à frente, permitindo apenas a simples troca de televisor para poder assistir, com perfeição de detalhes, todos os programas da TV colorida.

Novos lançamentos

Para o início de 81, a LB irá lançar duas no-

vidades no mercado: um repetidor e retransmissor de TV e um sistema de controle remoto com várias utilidades.

O repetidor e retransmissor de TV servirá para transmitir automaticamente às cidades onde a potência dos canais das grandes cidades não atingem, um sinal perfeito, na ordem de 1,10 e 100 wattz. Esse aparelho poderá ser comercializado diretamente com as prefeituras das cidades interessadas. Como este aparelho é automático, não precisará de um operador. Além disso, a LB está formando uma equipe técnica para fazer a instalação e manutenção do aparelho.

Já o sistema de controle remoto, servirá para acionar, automaticamente e à distância, portões, alarmes e até mesmo máquinas.

LB e os funcionários

Os 200 funcionários da LB trabalham no bloco montado na Rua Umbelina Couto, numa área construída de 4.000m², onde contam com refeição e serviço dentário gratuitos.

O restaurante oferece almoço e café, sem nada descontar na folha de pagamento dos funcionários. E o dentista atende num bem montado consultório, duas tardes por semana.

**L. BUENO JÚNIOR
& CIA. LTDA.**

Rua Umbelina Couto, 58 — CAMPINAS

Depois da capital, Campinas

Depois do Grande São Paulo, a região de Campinas é a segunda mais industrializada do Estado. Somadas, as duas áreas contribuem com mais de oitenta por cento da produção fabril do Estado. O município é o oitavo pólo industrial do país, a região é composta por vinte e sete municípios, nos quais se alojam 3,5 mil indústrias. E trata-se de um parque industrial muito diversificado, protegido das grandes flutuações econômicas que pode criar crises em certas zonas.

A região de Campinas é a segunda mais industrializada do Estado e em conjunto com a região da Grande São Paulo representa 81 por cento do valor da produção por ele gerado. Tem como pólo o município de Campinas, classificado em oitavo lugar em termos de composição industrial do valor da produção. É um parque industrial na sub-região, — que abrange vinte e sete municípios com quase 3,5 mil indústrias — comparado aos mais importantes centros do País.

O parque industrial dessa sub-região é bastante diversificado, apresentando empresas de todos os ramos industriais, dos quais os que mais tem se desenvolvido são os de metalmeccânicos. Isto é, metalúrgicas, mecânicas, material elétrico e de comunicações e material de transporte.

A sub-região de Campinas vem passando por um processo muito rápido de industrialização caracterizado pela instalação de grandes estabelecimentos industriais nos ramos mais dinâmicos e de tecnologia mais moderna. Este, motivado

pela desconcentração das atividades industriais da capital do Estado, cuja tendência, segundo a economista Déa Lúcia Pimentel Teixeira, coordenadora de pesquisas do CTAE da Unicamp, tem sido a instalação indiscriminada na Sub-região e não somente no pólo. Esse deslocamento de indústria para a Sub-região vem sendo determinado pela proximidade dos grandes centros urbanos, condições de transporte rodoviaro-ferroviário, o mercado interno, a disponibilidade e de áreas e melhores condições de vida. Constituindo-se dessa forma, na opinião dos entendidos, num eixo mais favorável para a

efetivação da política de desconcentração.

Mais pequenos

Os estabelecimentos de pequeno e médio porte predominam em termos numéricos na Sub-região de Campinas, onde ao lado de poucas empresas substancialmente grandes — as que empregam mais de quinhentos empregados — representam 98,5 por cento da totalidade das indústrias.

A Sub-região também se caracteriza por uma concentração de capital bastante elevada. Pela qual, na maior parte dos ramos, os dois maiores estabelecimentos respondem por mais da metade do faturamento total do ramo. Os últimos dados, de 1974, dão conta que dos pouco mais de

20 bilhões de cruzeiros faturados na época, 16,3 bilhões, ou seja, quase 80 por cento, eram da grande empresa, enquanto as pequenas, embora em maior número, detiam apenas 1,6 bilhões de cruzeiros.

Os dados mostram, ainda que além de número de estabelecimentos e de valor da produção, a Sub-região de Campinas também vem aumentando sua participação em termos de pessoal ocupado na indústria. Do qual, as pequenas e médias empresas absorvem mais de 50 por cento.

Especialização

Entre os vinte e sete municípios da Sub-região, pelo menos sete deles, destacam-se

pela especialização em determinados ramos e produtos.

Campinas se sobressai pela produção metalúrgica e material elétrico e de comunicações.

Mogi-Guaçu e Vinhedo com minerais não metálicos, onde o produto é a cerâmica vermelha. Pedreira também com o mesmo ramo, porém, com a cerâmica branca.

Indaiatuba, com o ramo de mecânica. Mogi Mirim, com móveis de aço no ramo mobiliário.

Enquanto Americana se apresenta representativa no ramo têxtil, com suas quase 400 pequenas e médias empresas facionistas de linha própria.

O OITAVO PÓLO INDUSTRIAL DO BRASIL

Municípios	Valor da Produção Industrial (Em Cr\$ mil)	Em %
São Paulo	28 603 466	24,6
Rio de Janeiro	9 879 470	8,5
São Bernardo do Campo	5 896 705	5,1
Santo André	3 572 697	3,1
São Caetano	2 193 764	1,9
Porto Alegre	1 701 405	1,5
Guarulhos	1 581 035	1,4
Campinas (*)	1 205 267	1,0
Total Brasil	116 515 543	100,0

(*) A Sub-Região de Campinas contribui com Cr\$ 3 263 733.

Fonte: Estrutura Industrial do Município de Campinas — CTAE-UNICAMP-1976

JOBWAY CONSULTORIA DE PESSOAL S/C LTDA

Seleção de Pessoal, fornecendo mão de obra especializada nas áreas: Administrativa, Secretarial, Marketing, Técnico e Industrial, atendendo à indústria e comércio de Campinas e região.

Contando com uma administração dinâmica do sr. Romeu Macan e técnicos em seleção altamente qualificados.

AV. FRANCISCO GLICERIO, 821 — FONES: 2-8313 — 2-8330 — 2-6615 e 31-8857



Uma necessidade: capital de giro

A carência de capital de giro vem sendo frequentemente apontada pelos empresários como uma das maiores dificuldades enfrentadas pelas pequenas e médias empresas ao nível de sua sobrevivência e desenvolvimento. Os dirigentes de associações de classe empresarial endossam o argumento e, também o coordenador do Centro Técnico Econômico de Assessoria Empresarial da Unicamp, economista Éolo Marques Pagnani, que há doze anos convive com a problemática das empresas desse porte.

A causa fundamental desse problema, segundo Éolo Marques Pagnani, é que as pequenas empresas já nascem descapitalizadas e a par disso enfrentam um processo de barganha comercial não favorável, ou seja, concedem maiores prazos nas vendas do que

os obtém nas compras.

A força do capital dessas empresas não é suficiente para impor as regras do mercado e, com isso, incorrem em maiores necessidades de capital de giro e maiores custos. E nesse sen-

tido, diz Éolo, em fase de expansão ou de crise, as empresas em geral, têm necessidade de recorrer a empréstimos bancários.

Para isso, no entanto, as empresas estão sujeitas à dificuldade de obtenção de

crédito bancário e o seu alto custo. E para tornarem-se "aptas" a estas negociações obrigam-se a imobilizar significativa parcela de seu capital de giro a título de reciprocidade ou saldo médio.



Nenhuma empresa pode crescer rapidamente quando não possui, ou não tem onde obter, capital de giro. As pequenas e médias são as que mais têm carência de fundos para poder desenvolver-se bem, sem curvar-se às pressões momentâneas, nem serem obrigadas a pagar muito alto por matérias primas. A explicação é do economista Éolo Marques Pagnani do Centro Técnico Econômico de Assessoria Empresarial da Unicamp



NA SUA MESA TENHA SEMPRE bebidas VANNUCCI

Para suas festas faça
os pedidos, pelos fones:

52.3020

52.2030

**RUA: PEDRO ANDERSON, 140
GUANABARA - CAMPINAS.**

Bancos abertos a quem tem dinheiro

A ausência de capital de giro faz com que o empresário dependa mais de financiamento bancário. Mas como as instituições de crédito, por determinação governamental, estão impedidas de operar em larga escala, selecionam a quem emprestam. E dão preferência às empresas que possuem um bom saldo médio. Para obtê-lo, muitos empresários mantêm parte do empréstimo depositado no banco. Pagando juros indiretos muito altos.

Segundo Éolo Marques Pagnani, a falta de capital de giro é, inclusive, um problema constantemente enfrentado pelo pequeno e médio empresário da região de Campinas.

Uma pesquisa feita recentemente pela equipe do órgão mostra que a reciprocidade bancária, obtida pela média das contas de movimentos nos bancos, é parcela representativa das aplicações das empresas, na classe de 10 por cento. E que o impacto do saldo médio nas necessidades de ca-

pital de giro é significativo, exigindo um grande esforço por parte das pequenas e médias empresas, na procura de obtenção de crédito. Tendo, em consequência, além da dificuldade de se "congelar" capital líquido nos bancos, também um incremento "indireto" nos custos financeiros.

A exigência de reciprocidade e saldo médio, forçadamente, são, na palavra do economista, a grande "dor de cabeça" dos

pequenos e médios ao requererem crédito. Para o que não vê outra solução senão a determinação pelo Banco Central de que os bancos comerciais apliquem certo volume para as pequenas e médias. Regulamentando, ainda, níveis de exigências compatíveis com sua estrutura.

Falta política

Concordando com os empresários do porte, Pagnani afirma estar faltando uma

política financeira voltada para as pequenas e médias empresas. Uma política que, de acordo com ele, não daria prejuízos aos bancos. Pois estes, ao invés de fazerem exigências patrimoniais, poderiam exigir, por exemplo, capital imobilizado.

Mas além da facilitação do crédito bancário para a pequena e média, ele lembra ao empresário que uma solução é se auto-capitalizar. Bem como, destaca a importância da escolha de

um mercado, através do qual possa manter uma estratégia para o ciclo de vida da empresa.

Na opinião dele, as empresas que hoje não tiverem uma estrutura de mercado interno bem definida e condições de auto financiamento, dificilmente sobreviverão a crise econômica e a restrição do crédito. Contudo, apontou, um fator que pode favorecer a sobrevivência da pequena e média empresa, é o agregamento a mercados regionais.

Sem crédito, crescimento cai

A pretexto de conter o processo inflacionário, o governo restringiu o crédito a 45 por cento neste ano. Só que a essa altura, a maioria dos bancos já atingiu o limite, e diz não ter dinheiro para emprestar. Fato que está levando o pequeno e médio empresaria-

do a uma grita geral. Ela, no entanto, é compreensível, segundo o economista professor Carlos Eduardo Nascimento Gonçalves, da Universidade Estadual de Campinas. Para quem, se o governo não liberar o crédito imediatamente será aumentada a mortal-

idade das pequenas e médias empresas.

Entendido no setor, Gonçalves se apressa em explicar que o maior problema está no giro. "Sem poder de barganha para impor seus preços no mercado, a pequena empresa, principalmente, pre-

visa de capital de giro para poder compatibilizar os prazos de compra de matéria-prima com o das vendas das mercadorias", diz ele. Sentenciando que, sem esse capital elas não sobreviverão.

Assim sendo, o economista não vê muita saída para as pequenas e médias se elas não tiverem como tomar dinheiro emprestado. "Está todo mundo estrangulado", diz insistindo que "se o governo não abrir o crédito de alguma forma, as pequenas e mé-

dias é que vão começar a abrir falência"

No caso de persistir a contenção, a única solução, a seu ver, seria a criação de linhas especiais de financiamento, que permitissem às empresas resolver o seu problema de giro. Contudo, ele aponta essa alternativa com certa reserva, ao considerar que na mesma medida em que se restringe o crédito se aumenta naturalmente a seletividade: um "drama" que os pequenos e médios enfrentam constantemente.

Em telefone você precisa estar na frente



SAIU O K5 TELEQUIPO COM TECLADO PARA COMÉRCIO, INDÚSTRIA E RESIDÊNCIA

Representante Técnico-Comercial

TELETRON
TELECOMUNICAÇÕES E ELETRÔNICA LTDA.

Campinas - Fones 8-9116 - 31-9155



Carlos Eduardo do Nascimento explica que a limitação de crédito impede o crescimento da indústria

Matéria prima, um problema

Sem crédito fica mais difícil adquirir matéria prima

Carlos Eduardo do Nascimento Gonçalves acha que a "coisa" não pode ficar assim. "Restringir o crédito também significa restringir as matérias primas, a produção e as vendas.

E embora numa fase recessiva ninguém vá querer investir, o problema do giro existe para as pequenas e médias empresas, que são as primeiras a sentir os reflexos da falta de crédito".

"Além do que", diz ele, "não me parece prudente mexer com a pequena e média burguesia, para quem o grande fantasma hoje é o medo de se proletarizar". Se o governo não

se cuidar, Gonçalves acha mesmo que ele corre um risco político. Isto é, ganhar em curto prazo, mais de um milhão de novos inimigos.

Nova política salarial

A semestralidade dos reajustes, posto em prática com a nova Lei Salarial, tem gerado polêmica e, de certa forma, justificado nas empresas a contenção de gastos via altos salários. Tanto que, o próprio ministro Delfim Neto, já vem cogitando a revisão da Lei. Mas, realmente as empresas estão enfrentando esse tipo de problema? Quem responde a questão é o economista e professor Paulo Renato Souza, da Universidade Estadual de Campinas, afirmando que é perfeitamente possível num País onde os salários são tão diversificados. O Brasil, de acordo com Paulo Renato, é um

dos países que apresenta os salários mais diversificados do mundo. E com um agravante: a base comprimida. Ela está assim porque à época do "milagre brasileiro" houve toda uma política para conter a base do salário. A indústria então passava por uma fase de aceleração e, com isso, ocorreu a diversificação do leque salarial. Numa estrutura dessa, segundo a explicação do economista, quando se começa a dar aumentos em épocas de crise, de desaceleração da economia, os salários passam a ter peso em determinadas tipos de atividade. Na indústria, entretanto, ele não acredita que

os reajustes semestrais estejam causando sérios reflexos, principalmente, porque nela os gastos com mão de obra não são os mais representativos no geral dos encargos. A seu ver, o problema maior deve estar centralizado nos setores de serviço, como bancos e jornais. Nesse caso, a contenção via altos salários se apresenta como solução para as empresas que, na falta dos acordos coletivos prevendo igual salário para a mesma função, apelam para a rotatividade demitindo um funcionário com salário alto e contratando um substituto por um salário bem inferior. Num momento de crise

geral a tendência, segundo Paulo Renato, é a de sobrar todo tipo de mão de obra no mercado. E a rotatividade prejudicará ainda mais pequenas empresas já castigadas com a dificuldade de crédito. Mas além delas, também os trabalhadores. Para esses, o economista não vê muitas perspectivas, já que, pelo que disse, o empresariado tem certo medo de adotar uma política de contrato coletivo de trabalho. Esta, entretanto, deve ser conquistada pelos trabalhadores através da organização e mobilização das categorias, conclui o professor.

MIRACEMA NUODEX

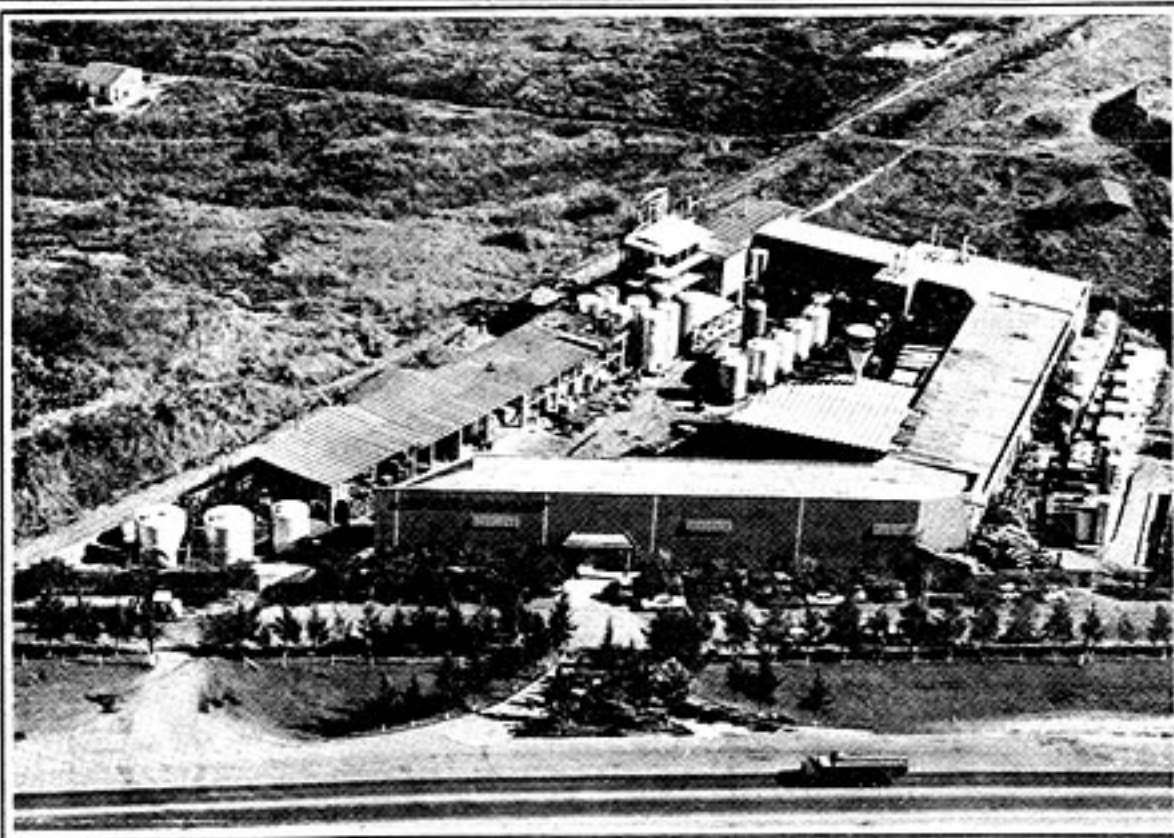
Há 26 anos servindo as indústrias químicas

Ao iniciar suas atividades em 1954, o seu objetivo era instalar no Brasil, técnica mais avançada na fabricação de aditivos, óleos hidrogenados, dispersantes, secantes e ácidos graxos destilados de origem vegetal e animal, produtos indispensáveis às formulações de tintas, óleos e graxas lubrificantes de qualidade.

MIRACEMA NUODEX S/A., indústria de raízes campineiras e de capital totalmente nacional, depois de alcançar os objetivos propostos, está aprimorando sua tecnologia para melhor atender a expansão industrial, tanto nacional como internacional, pois, também exporta seus produtos, capitalizando divisas para a balança comercial do país.

No momento de crise econômica, existe uma maior possibilidade de fabricação, pelo fato das indústrias químicas terem muito a ver com a economia de divisas do país, evitando assim maiores importações.

Exportar aditivos secantes e derivados sintéticos para substituir o escasso óleo de cacholote, já representa tradição para Miracema Nuodex.



Além de fabricar matérias primas para outras indústrias, exporta para Europa, Oceania, África, China e América Latina.

Com 15.000 m² de área e 12.000 m² de construção, contando com 250 empregados, Miracema Nuodex, é o que se pode chamar de Orgulho de Campinas.

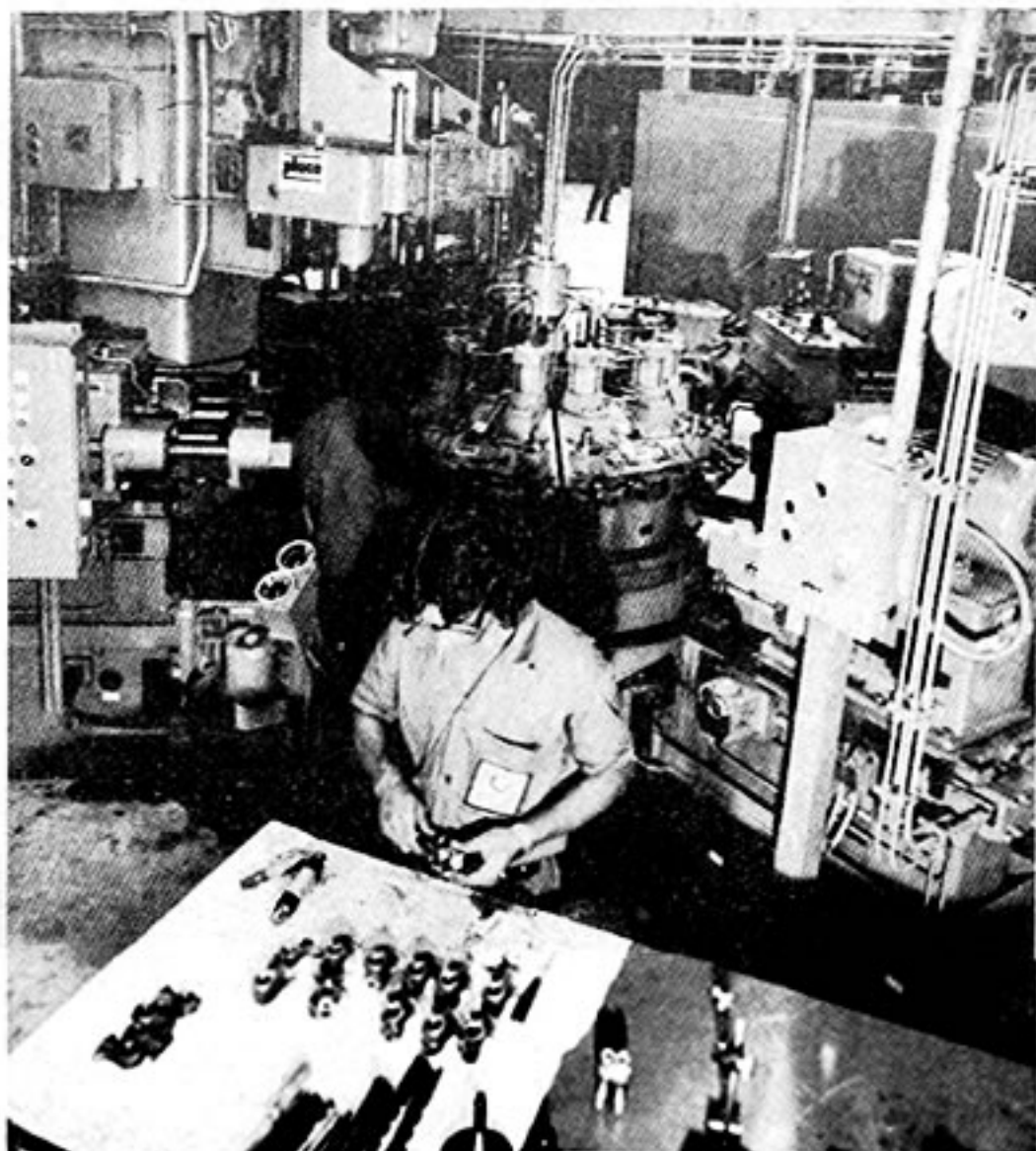
Recessão diminui encomendas

Nos últimos cinco anos a taxa de crescimento do setor industrial da sub-região de Campinas tem se mantido em torno de 10 por cento ao ano, segundo informação da Delegacia em Campinas do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo.

De maneira geral teve até o final da década um bom desempenho. Contudo, até o encerramento deste ano o quadro pode se alterar pois, embora não hajam sintomas marcantes de uma recessão, o empresariado já dá conta de uma significativa retração no volume de encomendas. Queda essa, que na indústria metalúrgica, têxtil, de plásticos e calçados, já atingiria a casa dos 10 por cento. Esses setores estão, inclusive, apresentando dificuldades mais prenunciadas com matérias primas e mercado.

De acordo com dirigentes empresariais, o problema das encomendas pode ser explicado com a própria situação econômica pela qual atravessa o País, que não é das melhores. E na qual o pequeno e médio empresário, especialmente, está tendo que se segurar com a restrição do crédito determinada pelo governo, uma das medidas adotadas para o combate à inflação.

Como a redução do volume de encomendas é questão



Na área de Campinas a taxa de crescimento há cinco anos mantém-se em torno dos dez por cento anuais. Um bom índice de desenvolvimento ao longo da última década. Mas há o risco da curva do progresso iniciar uma fase de retorno a seu ponto inicial. Porque a recessão econômica, imposta pelo governo, leva a uma grande diminuição das encomendas e, redução de ritmo de produção da maior parte das empresas.

implicações da crise econômica vivida pelo País. Mas na região de Campinas os empresários revelam maiores dificuldades nos setores metalúrgico, têxtil, de plásticos e calçados.

As empresas metalúrgicas de auto-peças, em bom número na sub-região, são as mais atingidas com a redução das encomendas, já que, a produção de veículos caiu 20 por cento no período. Segundo o delegado da Ciesp, empresário Carlos Serpa, este é o ramo que está mais vulnerável, no momento.

Já o setor têxtil, cujo maior pólo da região fica na cidade de Americana, está sendo obrigado a reduzir sua produção em razão das dificuldades na compra de fio no mercado interno. O produtor de fio sintético e de fibras naturais, segundo as informações, está preferindo exportá-lo porque o preço é mais compensador. E isso está levando o industrial têxtil a importar sua matéria prima, que é mais cara.

As indústrias de materiais plásticos, por sua vez, estão com problema de capital de giro por causa do alto custo da matéria prima importada — determinado pelas altas nos preços do petróleo — e pelo fato do mercado não estar absorvendo a produção. O repasse dos custos nos produtos está, de acordo com empresários do setor, desestimulando as compras.

A indústria de calçados, de outro lado, também não vem sendo favorecida pelo mercado consumidor interno. Os preços dos calçados estão caros e o tênis vem sendo um produto alternativo.

Com o que as indústrias do setor tem se voltado mais para a exportação.

recente, os empresários dizem ainda não poder falar em sérios reflexos em suas indústrias.

Adiantam, no entanto, que se a quebra for mais acentuada nos próximos meses poderá haver até desemprego.

Os problemas

Todo setor industrial já vem sentindo as

Yá
Restaurant

International food

Almoços: das 12:00 às 14:00 horas
Jantares: das 19:00 horas até o último freguês

aprazamento de BANQUETES,
com 48 horas de antecedência.

Estacionamento exclusivo, dia e noite.

Rua General Osório, 2295 — Cambuí — Fone: 52-0511

Concentração, um perigo



O crescimento de Campinas soluciona um problema de São Paulo, mas pode ser um obstáculo à cidade diz Dea Pimentel.



A sub-região de Campinas, principalmente seu pólo, tem servido largamente à política de desconcentração industrial da região da Grande São Paulo. Nesse esquema, a cidade de Campinas, com perto de setecentos mil habitantes, vem abrigando um número cada vez maior de novas empresas. Hoje, com quase 1,5 mil indústrias e detentora de quase 40 por cento da produção e do pessoal ocupado dessa sub-região, ela já apresenta um alto grau de concentração industrial.

E como essa instalação está sendo feita indiscriminadamente, a economista Déa Lúcia Pimentel Teixeira, coordenadora de pesquisas do Centro Técnico Econômico de Assessoria Empresarial, CTAE da Unicamp, faz um alerta: "Se a industrialização não for disciplinada, Campinas ao atingir 1 milhão de habitantes vai ter reeditado os mesmos problemas há tempos enfrentados pela Grande São Paulo".

Campinas, com sua dinâmica industrial dada pela grande empresa e uma diversificação de ramos — do qual só está excluído o de fumo — dá o perfil da região. Sua proximidade dos grandes centros, o mercado interno, a disponibilidade de áreas, as condições de

vida, e transporte e, principalmente o eixo rodoviário na Anhanguera, vem colaborando com a ampliação da indústria da cidade.

Isso vem ajudando o desenvolvimento da indústria local. Contudo, ressalva a economista, a área de concentração está se ampliando e sem a infra-estrutura necessária logo Campinas poderá sofrer problemas seríssimos como a poluição, dificuldade no transporte e a falta de capacidade de absorver a mão-de-obra atraída.

Gerando, com isso, o aumento significativo das favelas e dos problemas decorrentes dessa marginalização.

A Duravin lançou no mercado consumidor a tinta Selvintex extra PVA indicada especialmente para pinturas em exteriores e interiores. De fácil aplicação, ela consiste em um acabamento fosco-aveludado de alta qualidade, proporcionando ótimo resultado na pintura sobre reboco, tijolo, concreto, chapas de fibra pintadas ou não, sendo de secagem rápida e isenta de odores. Podendo ser aplicado com rolo, pincel ou revólver, este produto é apresentado em cores modernas e de boa



lavabilidade, garantindo um enorme rendimento. A empresa garante neste produto grande resistência aos agentes atmosféricos.

Tintas

Arvinil Latax
Arvinil Acrílico
Selvintex Extra
Selvin Latax
Massa Corrida
Massa Acrílica

Colas de Embebo

Duravin 1001
Duravin 1050
Duravin 1040
Duravin 1002
Massa Plástica
Seladores
Corantes

Duravin TAC-30

Colas de Contato
Adesivos Industriais
Adesivos de Couro - Calçado
Adesivos p/ Carpetes
Diluentes SB-10

duravin s.a. Resinas e Tintas

Distribuição e Vendas: Rua da Quintada, 30 - Fones: (0190) 8-8537 - 31-9189 - 3-6788 - 3-6885
Cz. Postal 1421 - CEP 13.100 - End. Telogr. Duravin - Campinas-SP

Bendix BENDIX DO BRASIL



- O PROGRESSO EM FREIOS -

A melhor fábrica de freios da América Latina.
Freios a ar, hidráulicos para todos os tipos de
veículos: caminhões, automóveis, tratores,
carretas, etc.

Rua João Felipe Xavier da Silva, 384 (São Bernardo)

Uma política de descentralização

Preocupada com a concentração industrial, Déia Lucia Pimentel, da Unicamp, explica a necessidade de uma política que leve à descentralização, providências necessárias no sentido de racionalizá-la. Estas, implicando basicamente, na criação de distritos industriais planejados em termos de cada tipo de indústria, estabelecimento de política de proteção ambiental, urbanização adequada e oferta de serviços básicos. Um programa de descentralização, a seu ver, requer muito planejamento. Também pelo fato das empresas estarem muito relacionadas em termos complementares e suplementares. Tanto que, na área concentrada, como ocorre em Campinas, se percebe a concentração das pequenas e médias empresas preenchendo as fatias de mercado deixadas pelas grandes. A falta de planejamento hoje, pode resultar numa série de problemas difíceis de se contornar amanhã, diz Déia. Atentando para o fato de que já se começa a sentir

na região de Campinas a tendências das multi-plantas. Ou seja, a subdivisão das grandes empresas em

empresas menores, mas com o mesmo poder da primeira. A multinacional, principalmente, para se

expandir começa a se fracionar. Mas a horizontalização da produção, advertiu a economista, é uma ameaça

para as pequenas na medida em que vai ter que competir no mercado com essas pequenas empresas poderosas.

Gráficas, um setor com muitos problemas



O Brasil não produz todos os equipamentos necessários ao desenvolvimento da indústria gráfica. Sempre foi necessário importar máquinas, que nunca foram baratas. Com a nova política de importação implantada pelo governo tornaram-se ainda mais caras. O mercado interno, ainda em desenvolvimento, torna difícil obter as condições imprescindíveis ao crescimento pleno. E a restrição ao crédito é outro problema grande.

Entre os vários setores industriais, o gráfico está enfrentando, no momento, um problema diferente de todos os outros: a crescente estatização. Quem adverte para a questão é o presidente do Sindicato das Indústrias Gráficas de Campinas e Região, empresário José de Fátima

Lopes. Para quem, o governo ao ampliar seu parque gráfico nas repartições e órgãos públicos, está tirando as encomendas de serviços gráficos da categoria, que cada vez mais sente o peso desse concorrente.

Na opinião de José de Fátima Lopes, o problema da estatização é muito

sério, porque enquanto o parque gráfico do governo cresce assustadoramente, vai sendo tirado do nosso faturamento uma carga preciosa de encomendas". O dirigente patronal não aceita a idéia pois, para ele, "os serviços executados pelas gráficas estatais são serviços roubados de nos-

as mãos".

Defendendo os direitos da classe — perto de oitenta empresários só em Campinas — José de Fátima diz que o governo tem que atentar para as implicações dessa política porque "a sobrevivência do empresário gráfico hoje já é questão de malabarismo".

Viver

coluna semanal
do Diário do Povo

Sucessos, moda
cultura, entrevistas

atualidade
questões

imobiliária creci 11.200

PENTEADO

Desde 1962

Rua Santa Cruz, 64 Cambui

FONES: 51-7555, 51-7132, 51-7332 e 51-7732 Ita



Falta equipa mentos gráficos

José de Fátima Lopes, presidente do Sindicato das Indústrias Gráficas explica os problemas sérios de um setor muito importante, e cita, como dos mais graves, a bi-tributação e, estatização de indústrias importantes, e a concorrência desleal feita pelo próprio Estado.

Para o dirigente de classe, a estabilização é o grande "drama" vivido pela categoria. Mas ele, na sua afirmação, está aliado a outros problemas também relevantes.

Um deles é a impossibilidade de importar equipamentos necessários à renovação do parque gráfico brasileiro, que está obsoleto em relação ao exterior. Segundo ele, precisa ser renovado. Mas como o mercado interno é insipiente e a maioria das empresas gráficas são pequenas ou micro, não há dinheiro para adquiri-los fora do país. Principalmente com a política de freios às importações, que aumentou em quase 60 por cento o valor da importação, tornando-a impraticável.

José de Fátima acha que essa é uma situação difícil. Principalmente porque, em alguns casos, a verticalização — criação de uma gráfica dentro da própria empresa — ocorre em consequência da impossibilidade de renovação do parque gráfico face os investimentos requeridos para a operação.

Carga tributária

De outro lado, o empresário também aponta as dificuldades pelas quais os empresários gráficos vêm passando com a instabilidade da matéria prima. Que tem impedido a categoria de implantar política de preços estável.

A isso acrescentou, também, a carga conferida aos industriais gráficos que, além dos impostos normais, ainda tem o ISS cobrado, pela Prefeitura Municipal. O fato tem levado vários empresários a ingressar na Justiça pois, segundo observou José de Fátima, tanto a Secretaria Estadual quanto a Municipal nos cobra o mesmo imposto e nós não sabemos a quem devemos pagar.

Pelo último cadastro do IBGE, das 12 mil gráficas do País, apenas 5,7 mil delas arcam com todo ônus tributário. As demais são gráficas estatais, de benemerência ou verticalizadas. Mas o dirigente patronal acha isso injusto: "Falta ao governo aquilatar que o pagamento por todos diminuiria a alíquota que cada um tem de pagar", completou.



**ELABORAÇÃO -
RETALHAMENTO
CORTES -**

**LINHA
NOBRE:**

**BOVINAS
E SUÍNAS**

- Cordeiros
- Leitões
- Miúdos
- Pernis
- Lombos
- Picanhas
- Joelho de porco
- Maminha
- Cupim
- Testículos
- Aves

**Carnes - Frios - Laticínios
Aves - Ovos - Verduras**

**A MANEIRA
MAIS
GOSTOSA
DE SE
SABER
QUEM
É QUEM**

A experiência de uma empresa que há anos se dedica ao ramo de carnes por atacado, está atendendo também em sua seção de varejo, ora inaugurada, com grandes benefícios e facilidades para a população. Comprove a excelência de nossos produtos.

Fornecimento de qualquer tipos e quantidades para:

- Cozinhas Industriais
- Restaurantes
- Churrascarias
- Lanchonetes
- Supermercados
- Açougues
- Hospitais
- Indústrias de derivados de carnes
- Bufets
- Hotéis
- Banquetes comemorativos particulares (a preço de atacado).

**R João Carlos do Amaral, 456 (Km. 105, Via Anhanguera)
atrás do Posto 3 Vias - J Aparecida — Fone (0192) 41-3121**

Centrel - a tradição que se renova.

No dia 5 de Setembro de 1975, foi criado na cidade de Campinas, S.P., o CENTREL — Centro de Atualização e Treinamento de Executivos, sob a direção do Sr. Isaac Ferreira da Silva, com o objetivo de assessorar as empresas na área de treinamento e desenvolvimento de recursos humanos, contribuindo sobremaneira para o alcance de uma eficácia operacional das mesmas.

Se da perfeita adequação da utilização dos recursos humanos e dos recursos materiais depende o sucesso da empresa, aí está a razão de ser do Centrel.

O Centrel é formado pelas seguintes divisões: Desenvolvimento de Executivos (DDE); Desenvolvimento Secretarial (DDS); Desenvolvimento Pessoal Administrativo (DDPA).

Dentro dessas divisões oferece as seguintes atividades: Cursos "abertos" — Ministrados à grupos formados por diversas empresas, de curta duração, onde se possibilita uma reciclagem informativa de assuntos específicos da área da administração das empresas; Cursos "in company"

(exclusivos) — cursos fechados ministrados para uma única empresa, mediante módulos curriculares desenvolvidos exclusivamente para atender as suas necessidades.

Seminários e Convenções — de alto nível realizados anualmente para áreas específicas; Cursos Especiais — de longa duração, cujo objetivo é promover a formação de especialistas em áreas da administração de empresas.

A atuação do Centrel tem sido altamente prestigiada por empresas atuantes nas áreas comercial e industrial de Campinas, Jundiaí, Valinhos, Sumaré, Santa Bárbara do Oeste, Piracicaba, Americana, Mogi-Mirim, Mogi-Guaçu, Rio Claro, Pedreira, Amparo, Vinhedo, Monte-Mor, Sousas, Paulínia, Capivari, Louveira, Limeira, Araras, Itu, Itapira, Salto, Indaítuba, Jaguariúna, e Grande São Paulo; por entidades como o SESC — Serviço Social do Comércio, Prefeituras, Associações Comerciais, e Sindicatos.

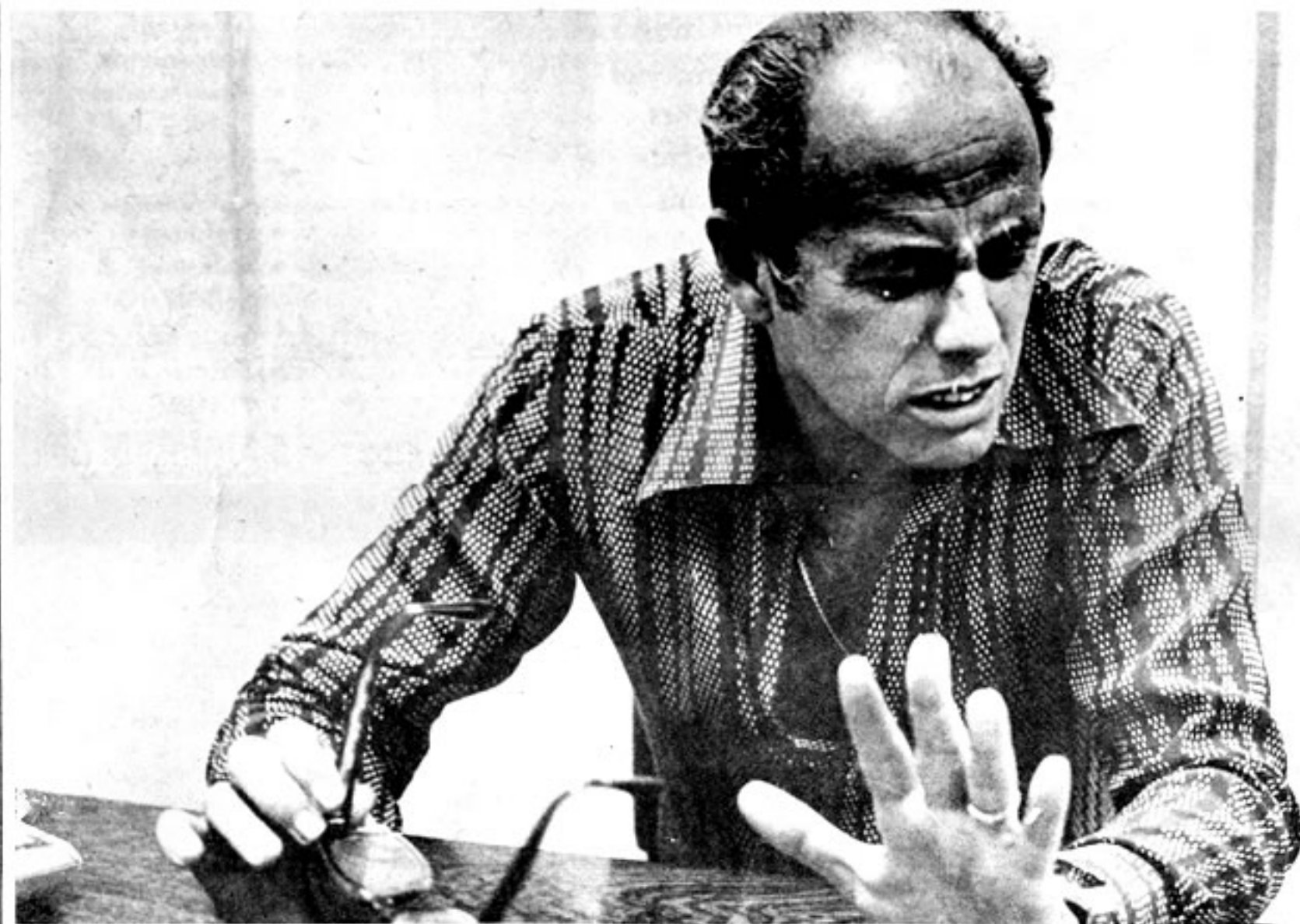
Acreditando que o processo de educação decorre da participação direta do indivíduo no sistema, cuida para que os participantes de suas realizações tenham possibilidade de atuar em cada curso, através de estudos de caso, troca de experiências, dinâmicas de grupo, recursos áudio-visuais, transformando as salas de reuniões em laboratórios para estudo de soluções aplicáveis a cada realidade a curto prazo.

Dando continuidade ao programa do ano de 1.980, o Centrel fará realizar os seguintes eventos:

- III Convenção Regional de Secretárias — De 26 a 28/09/80.
- Curso Superior de Marketing — De 16/09 a 20/11/80.
- Top Management para Executivos — De 20 a 24/10/80.
- Seminário de Engenharia Industrial — Dias 4 e 11/10/80.

Informações e reservas na Secretaria do Centrel ou pelo Fone 2-1591.

A união leva ao crescimento



Os pequenos e médios empresários podem ser grandes vítimas da política de contenção. Por isso procuram novas fórmulas para manter o seu ritmo de crescimento. Uma delas é divulgar mais seus serviços e produtos. Outra fortalecer suas entidades de classe para que possam lutar por seus interesses. A combinação de métodos tende a ser útil, explica Carlos Diaulas.

O pequeno e o médio empresário, principalmente, vive rodeado de uma interminável série de problemas. Hora é o crédito, outra a matéria prima, quando não o mercado. Difícil é encontrar um que não reclame das dificuldades cu do tempo absorvido pelos negócios da empresa

que, na maioria das vezes, não vai bem. Mais que insistir na "velha tecla" os que vivem ou convivem com o setor tem consciência dos problemas constantes. Contudo, as direções de classe empresarial dizem estar empunhando uma nova bandeira hoje: a

participação e o diálogo, como forma de condução para o solucionamento desses mesmos problemas. O delegado regional do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, empresário Carlos Diaulas Serpa, é um dos que defendem isso. "Acho que não

se pode ficar a vida inteira chorando. A hora é de abertura e de provações. O momento é de conscientização do homem empresarial, que deve medir suas forças num momento de transição da economia".

Na mesma linha de pensamento é o presidente da Associação e Centro

de Estudos da Pequena e Média Empresa de Campinas, engenheiro Wladimir Righetto. Para quem, o diálogo, "mais que um exercício de democracia, é o único caminho lógico para que pessoas com problemas semelhantes busquem um meio comum numa luta igual: a sobrevivência".

Novas armas: atualização e união

Os representantes da classe empresarial entendem que o pequeno e médio, apesar de todos os seus problemas, não tem outra saída senão arrumar um "tempinho" para cuidar de sua atualização, aprimorar sua capacidade gerencial e, em conjunto, abrir amplos debates além de participar ativamente de entidades de classe. Procurando, da mesma forma, fortalecê-la para que se faça representativa.

"O empresário brasileiro, por falta de vivência, ainda não percebeu o seu poder e a força de uma entidade representativa", diz Serpa acrescentando que "a troca de experiência é um elemento importante e pode evitar que uns incorram nos mesmos erros cometidos pelos outros".

Vladimir Righetto, que defende inclusive o cooperativismo, enfatiza os "frutos" e a "oportunidade" da união dos empresários num momento em que o governo insiste na abertura política. "Uma brecha", que segundo ele, "não pode ser descartada".

Regionalização

O presidente do Sindicato das Indústrias Gráficas de Campinas, José de Fátima Lopes, também defende esse processo de aglutinação do empresariado. Acha mesmo que a Fiesp deveria incentivar a criação de sindicatos regionais, já que, pelo fato de centralizar o poder de representatividade da classe, gera uma certa acomodação.

A idéia de regionalização de sindicatos é no entanto, recebida com ressalvas pelo presidente do Sindicato da Indústria do Curtimento de Couros e



Vladimir Righetto e José de Fátima Lopes explicam que os novos problemas exigem maior atualização dos empresários e indicam novos caminhos: um deles é uma união crescente

Peles no Estado de São Paulo, empresário Mário Rubens Costa. Ele não é contra. Acha, inclusive, muito importante a existência de órgãos de classe autênticos. Mas atenta para o fato de que em um bom número de setores a formação se um sindi-

cato só é possível a nível nacional, como ocorre com a indústria de alcades, cujo escasso número não permitiria a existência de um sindicato regional.

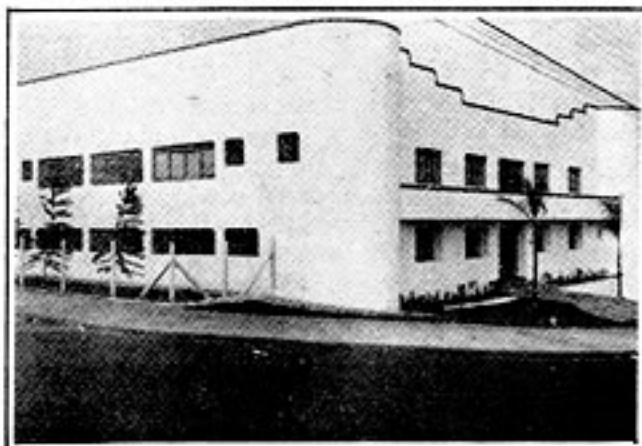
Os dirigentes da Cie&p e Acepeme concordam com a observação. Mas acham perfeita-

mente viável sua formação em ramos cujo número de indústrias o permita. De qualquer forma, assinalam, o importante é que seja estimulado o espírito de associatividade, cujo processo só reverterá em benefício da própria classe.

UMA FÁBRICA PARA VOCÊ

Creazioni
Nicola di Marzio
"Linea Italiana"

La Camicia che Veste

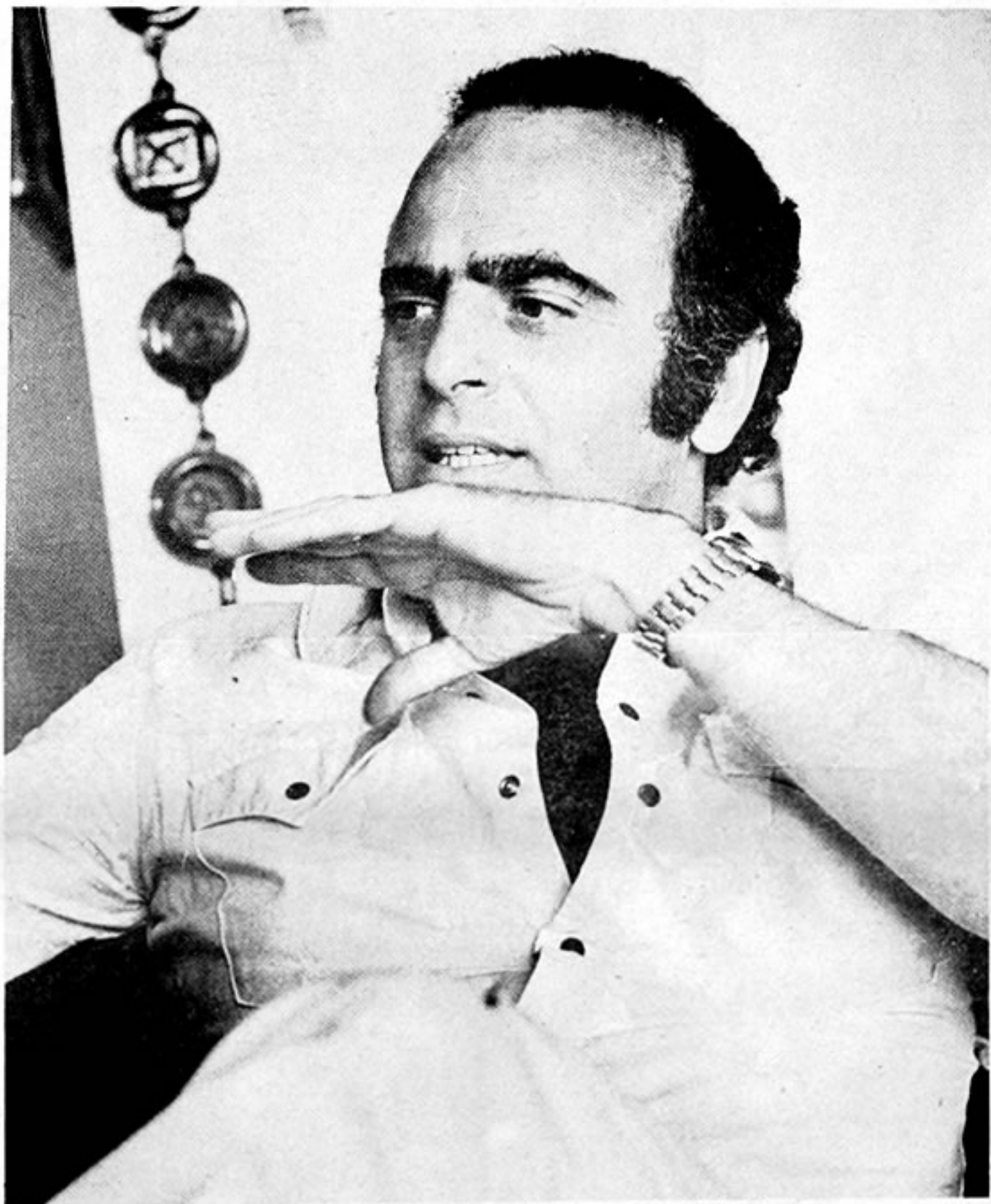


Daqui saem as mais belas criações em camisas para o mais exigente padrão de elegância.

Loja: Rua Buarque de Macedo, 66/70 — Fone 41-8613 — Vila Nova.
Fábrica: Rua Domingos Cazotti, 176 — Jardim Santa Genebra — Fone 42-3668.

Mão de obra, poucas soluções

A rotatividade da mão-de-obra é característica da pequena empresa. Mas o interessante, segundo o economista e professor Paulo Renato Souza, entendido em mercado de trabalho, da Universidade Estadual de Campinas, é que ela é provocada pelas grandes, na medida em que absorvem a mão-de-obra especializada, que é formada nas pequenas. Isso trás, inclusive, uma série de consequências para a política de emprego em geral. Contudo, diz o economista, não existem muitas saídas para o problema porque, mesmo que se possa adotar certas medidas, a pequena indústria não vai perder sua função de formadora de mão-de-obra para a grande. Ao contrário do que muitos dizem, Paulo Renato afirma que o problema do mercado de trabalho não se resolve com a criação de escolas especializadas. Primeiro, pelo fato de que o grosso da mão-de-obra especializada é mesmo formada no setor produtivo e, em segundo, porque essas escolas na falta de atualização e prática não cumprem seu papel. Na opinião do economista, a prática hoje é fundamental, porque, com a massificação, o trabalho requer mais isso do que o conhecimento artesanal ou a teoria aprendida na escola.



O economista Paulo Renato de Souza não vê solução para a rotatividade de mão-de-obra.

Condicionamento

Ao analisar o problema do mercado de trabalho e, em especial, da rotatividade, o economista aponta, de outro lado, que os salários pagos pelas grandes empresas são perfeitamente justificáveis. "Não o são pelo fato de faltar mão-de-obra especializada, já que, a existente é aquela que está empregada. Se a indústria paga

altos salários é simplesmente para "atender uma necessidade própria", diz ele. Isso, entretanto, exige que a grande empresa tenha toda uma estrutura que ofereça ao trabalhador atrativos que ele não encontra na pequena. Ou seja, além de altos salários, também benefícios e uma estrutura de ocupação bastante diversificada e que permita ascensão.

É dessa forma que as grandes provocam a rotatividade. Mas, de acordo com Paulo Renato, o fazem principalmente pela falta, no Brasil, dos contratos coletivos de trabalho estabelecendo salários iguais para a mesma função. Se já fossem adotados, além de minimizar o problema, ajudariam pequenas que arcam com o ônus de preparar a mão-de-obra especializada

para a grande.

Similaridade

A rotatividade da mão-de-obra ocorre em maior escala em uma estrutura industrial onde convivem pequenas, médias e grandes empresas. Considerando esse fato, o professor afirma que ela ocorre bastante na região de Campinas, onde a estrutura

da indústria tradicional e da grande empresa estão superpostas. A cidade de Campinas, que é o segundo pólo industrial do Estado, é um bom exemplo disso. Sua estrutura de mercado de trabalho é igual à de São Paulo apresentando, portanto, o mesmo grau de rotatividade. Em verdade, um problema que, na opinião de Paulo Renato, só tende a se agravar.

Algumas mudanças necessárias

A falta de dinheiro barato na praça e as exigências do mercado financeiro tem feito com que o pequeno empresário, principalmente, se veja em constantes dificuldades. É comum ouvir-se de um industrial que os negócios não vão bem porque falta capital de giro. Mas, segundo vários pequenos empresários que fizeram os cursos ministrados pela equipe do Centro Técnico Econômico de Assessoria Empresarial, o CTAE da Unicamp, embora esse seja o fator mais acentuado, há uma série de outros problemas dentro da estrutura da própria empresa. Os quais, pela falta de visão gerencial o empresário não percebe, mas podem agravar a situação ou, por si só, colocar em risco a sobrevivência da indústria.

O empresário Edmilson D'Agostine, da Icael — Indústria Campineira de Artigos Esmaltados, fala desse outro lado da questão por experiência própria. Há doze anos atrás assumiu a direção da empresa familiar quando estava em crise. Tinha que salvar o negócio mas não sabia como, nem o que estava de fato errado. Pensava que o problema era financeiro. Contudo, no contato com a equipe do CTAE descobriu que, na verdade, suas dificuldades estavam centralizadas "num sistema arcaico de produção e custos".

Faltava visão

Motivado pela crise da empresa e carente de subsídios que lhe permitissem entender e buscar soluções para os problemas, D'Agostine fez seu primeiro curso no CTAE, o de administra-



Edmilson D'Agostine, industrial, explica que a falta de dinheiro em quantidade suficiente, e a custos compatíveis com a necessidade dos empresários do setor, para atender aos pedidos de financiamentos bancários, torna muito difícil aumentar o ritmo de desenvolvimento econômico.

ção de empresas. Segundo ele, foi um curso rápido de quase três meses, com aulas práticas e teóricas pela manhã, mas que ajudou a começar a salvar a Icael que, hoje, se encontra numa posição privilegiada em termos de pequena empresa.

A Icael conta atualmente com pouco mais de 40 funcionários e uma linha de produção própria, na qual os painéis magnéticos — seu principal produto — respondem por cerca de 35 por cento do faturamento total da firma. E além dos planos de expansão que Edmilson começa a colocar em prática já pensa também em exportar.

"Mas tudo isso", confessa o empresário, "não foi conseguido a custos de jogadas não. Se a minha empresa hoje está bem eu devo àquilo que aprendi e coloquei em prática. Antes eu não tinha visão, mas junto ao CTAE, eu aprendi a tocar a minha empre-

sa, porque sua equipe é violenta, está familiarizada com os problemas da pequena e média empresa e, em pouco tempo dá um recado objetivo. Naquele primeiro curso de três meses eu obtive o que a faculdade de administração não me deu em quatro anos".

Existe saída

Sem melindres, D'Agostine admite que a empresa entrou em crise porque nem ele nem os familiares, que na época dirigiam a empresa há vinte anos, não entendiam absolutamente nada de gerência. "Fazíamos o que achávamos correto. Mas depois do curso de administração e produção e os outros dois que fiz — administração de custos e financeira — junto ao CTAE, percebi que se fazia tudo errado, e não havia a mínima estrutura", observa o empresário.

Foi então que a Icael começou a se reorganizar.

área de produção pois Edmilson descobriu que o sistema de funcionamento era deficitário. E isto, aliado à falta de estudos de custo lhe trazia prejuízos. O segundo passo foi partir para estudos de custos mais profundos, lembra ele, acrescentando que estas iniciativas permitiram desenvolver novos produtos e abrir mercado.

Ao falar do crescimento da empresa, o industrial faz questão de assinalar a colaboração dada pelo CTAE sua equipe. Lá, ao fazer o curso de administração financeira, recentemente, ele aprendeu a trabalhar com os bancos e diz que hoje "gerente nenhum me enrola mais. Só pago o que é justo".

Primeiro com a racionalização e reestruturação da

PUB THE RED LION A OPÇÃO ACONCHEGANTE



Um local delicioso onde a noite se identifica com você. Assim é que se pode definir o Red Lion, um "pub" recém inaugurado em Campinas.

Funcionando todos os dias a partir das 18 horas, o Red Lion veio para ficar, oferecendo a você aquele "it" que estava faltando.

As Segundas-feiras você pode curtir JAZZ, às quartas e quintas-feiras PIANO, e às sextas e sábados música variada, sempre com a participação de excelentes músicos.

A decoração é tipicamente britânica, tendo como ponto alto, o alvo de dardos, onde todos passam horas agradáveis se divertindo como um verdadeiro "lord".

O Red Lion conta com um serviço completo de bar onde são preparados os mais variados coquetéis à base de frutas tropicais.

Para quem acha que o bom gosto está relacionado ao paladar, a opção é essa: curtir a noite num reduto britânico altamente aconchegante.

O Red Lion fica à rua Guilherme da Silva, 102 - Cambuí - Fone: 31-2356.

TELAS — POSTES DE CONCRETO E TUBULARES — ARAMES — PORTÕES — ESQUADRIAS — ALAMBRADOS — ALMOXARIFADOS

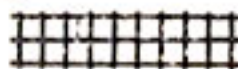
MÃO-DE-OBRA E FERRAMENTAL ESPECIALIZADOS

TELABRAS

INDÚSTRIA DE TELAS BRASIL LTDA.



CONSULTE
42-5044

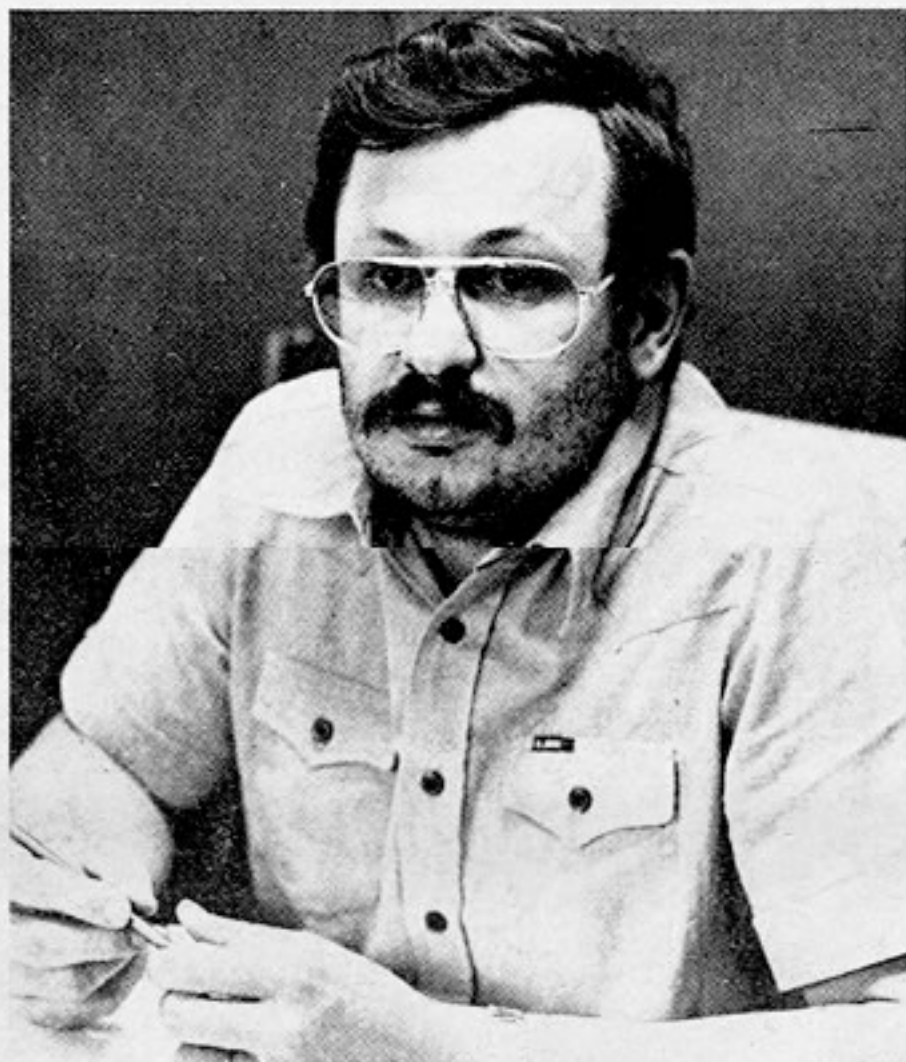


CONSULTE
42-5044

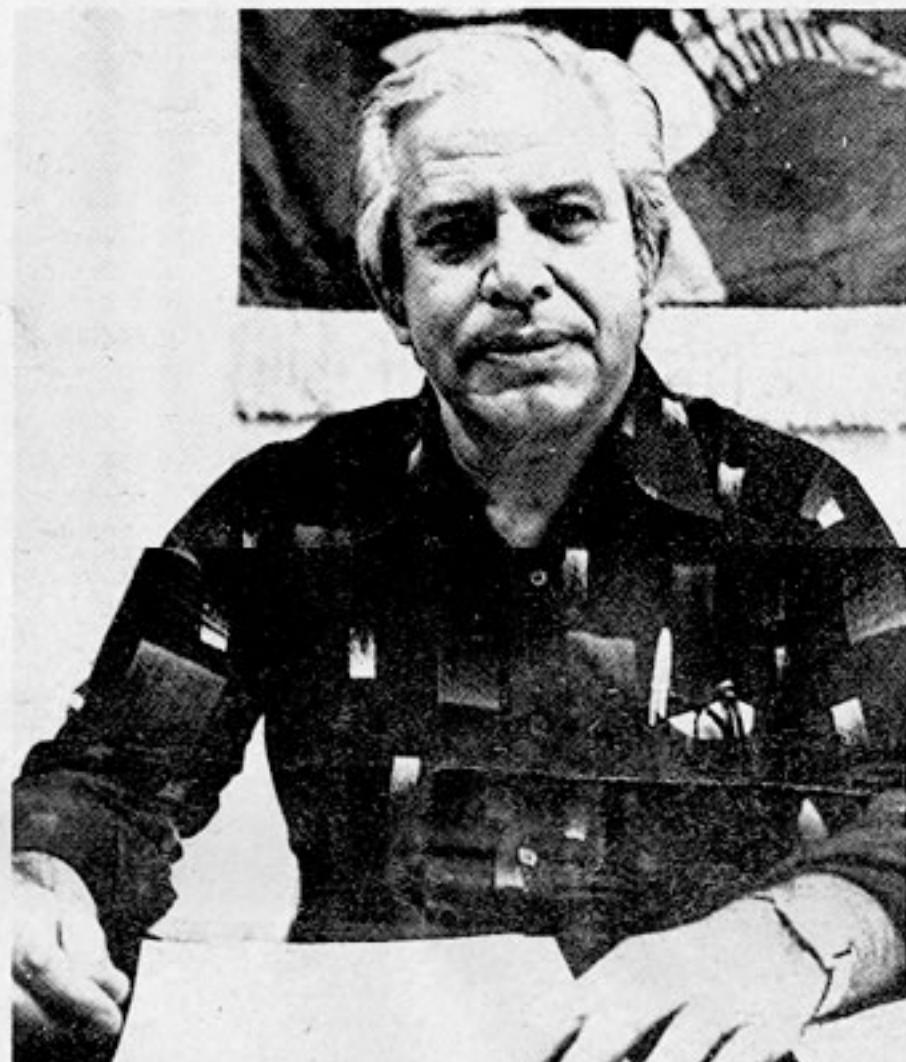
AV. GOVERNADOR PEDRO DE TOLEDO, 1.600 — BONFIM — CAMPINAS — S.P.

Uma escola de administradores

Horácio Righetto um cirurgião dentista que tornou-se empresário sem entender muito de administração nem de indústria, conta como conseguiu preparar-se rapidamente para fazer seu empreendimento lucrativo. Explica que os empresários brasileiros precisam tomar consciência da necessidade de aprimorar seus conhecimentos. Lembram também que é fundamental diminuir os custos dos produtos.



Luciano Tachelli, um ex-aluno do CTAE



Horácio Righetto conta como aprendeu.

Outro empresário que também desenvolveu bastante sua empresa depois dos contatos com a CTAE da Unicamp, é Horácio Righetto, da Righetto Equipamentos Médicos Hospitalares Ltda., na estrada de Viracopos. Embora pequena, a indústria produz equipamentos para fisioterapia, musculação e estética, além da vaca mecânica. Tendo no País um importante papel social pelo fato de fornecer para o mercado interno produtos que, antes eram importados.

Para Horácio Righetto, que era cirurgião dentista até assumir a direção da empresa há dez anos, "depois da falta de crédito o maior problema dos pequenos e médios empresários é realmente a falta de capacitação gerencial". Ele também fala por experiência própria, já que, "na época não entendia nada de indústria".

Com a dificuldade para dirigir os negócios, que não iam tão bem, Righetto procurou o CTAE

e fez o curso de custos e programação de produção. Dez anos depois ele declara com ênfase que valeu a pena pois "é o custo que se leva em conta antes de tomar qualquer decisão quanto a produção. E um empresário que não saiba fazer direito sua composição de custos acaba fixando preços de venda irrealistas e levando na cabeça".

Righetto conta que desde esse curso sua empresa progrediu muito. "Com a nova visão das coisas, melhoramos a organização interna, lançamos novas linhas de produtos, ganhamos novos mercados e houve crescimento do faturamento e do capital". A principal medida rumo a essa escalada foi cortar a representação de multinacionais, que estavam levando o lucro da empresa, e o reestudo da composição de custos.

Chora demais

O empresário Luciano Tachelli, da Unitac— Componentes

Eletrônicos Ltda., fez o curso de administração financeira do CTAE há menos de dois meses. Diz que não teve tempo de aplicar na sua empresa tudo que aprendeu, contudo, afirma: "hoje a visão do meu negócio é outra". Na opinião dele, essa "visão que a equipe do CTAE dá ao empresário é muito importante pois, a maioria dos pequenos e médios não a tem e, com isso, comprometem um empreendimento que se bem administrado poderia dar certo.

"O curso tem muita coisa boa e assim que puder farei outros", adianta Tachelli. Aconselhando aos empresários que "ao invés de chorar tanto a falta de dinheiro deveriam antes de mais nada procurar essa abertura já que o problema de muitas empresas pode nem ser financeiro, mas caso de má administração financeira".

Exemplificando, ele citou o caso de uma empresa que dá lucro e caminha para a falência. Algo que Tachelli reconhe-

ce ser contraditório mas, segundo ele, existem casos concretos e para os quais o CTAE da Unicamp vem apresentando soluções possíveis.

Luciano Tachelli, engenheiro eletrônico, diz que fez esse curso "mais como bagagem adicional para poder analisar como estava a empresa em termos administrativos". Depois de concluí-lo, afirma que não estava incorrendo em erros mas os novos subsídios que recebeu vão lhe permitir a condução mais segura dos negócios.

A Unitac, com cerca de 150 funcionários, é a única empresa do ramo no País a produzir módulos para computador IBM, além dos quase 15 mil módulos mensais de receptores AM e FM.

E opera coligada... Maxson Indústria e Comércio de Aparelhos Eletrônicos, uma pequena empresa de produtos acabados, ou seja, linha de som completo.